

**DOCUMENTO DOS OITO: ESTRATÉGIAS DE CLASSE NA TRANSIÇÃO POLÍTICA DO  
REGIME EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRO**

**DOCUMENTO DE LOS OCHO: ESTRATEGIAS DE CLASE EN LA TRANSICIÓN  
POLÍTICA DEL RÉGIMEN EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRO**

**DOCUMENT OF THE EIGHT: CLASS STRATEGIES IN THE POLITICAL TRANSITION  
FROM THE BRAZILIAN ENTREPRENEURIAL-MILITARY REGIME**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59230>

Martina Spohr<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo trata do “Documento dos oito”, manifesto produzido por oito empresários brasileiros em 1978. Nosso objetivo é demonstrar como esse grupo de empresários agiu estratégica e politicamente com a publicação do documento defendendo seus interesses de classe e a manutenção da estabilidade em prol de seus negócios ao longo do governo Ernesto Geisel (1974-1979) e do início da transição política. Focamos a análise em Severo Gomes, signatário do documento e ministro da Indústria e Comércio (1974-1977). Utilizaremos como fonte o arquivo pessoal de Ernesto Geisel, a entrevista de História Oral de Severo Gomes e o próprio “Documento dos oito”. Nossa abordagem metodológica será qualitativa, baseada na análise de fontes primárias sobre o tema com cruzamento de dados analíticos, partindo da perspectiva de entendimento da materialidade histórica como base social da construção de nossa argumentação.

**Palavras-chave:** Empresariado e ditadura; Transição política; Governo Ernesto Geisel (1974-1979); Documento dos oito; Regime empresarial-militar

**Resumen:** Este artículo trata del "Documento de los Ocho", un manifiesto elaborado por ocho empresarios brasileños en 1978. Nuestro objetivo es demostrar cómo este grupo de empresarios actuó estratégica y políticamente con la publicación del documento, defendiendo sus intereses de clase y manteniendo la estabilidad a favor de sus negocios a lo largo del gobierno de Ernesto Geisel (1974-1979) y del inicio de la transición política. Centraremos nuestro análisis en Severo Gomes, firmante del documento y ministro de Industria y Comercio (1974-1977). Utilizaremos como fuentes el archivo personal de Ernesto Geisel, la entrevista de historia oral de Severo Gomes y el propio "Documento de los Ocho". Nuestro enfoque metodológico será cualitativo, basado en el análisis de fuentes primarias sobre el tema y en el cruce de datos analíticos, partiendo de la perspectiva de entender la materialidad histórica como base social para la construcción de nuestro argumento.

**Palabras clave:** Empresas y dictadura; Transición política; Gobierno de Ernesto Geisel (1974-1979); Documento de los ocho; Régimen militar-empresarial.

**Abstract:** This article delves into the "Document of the Eight," a manifesto crafted by eight Brazilian businessmen in 1978. Our objective is to elucidate how this group of businessmen strategically and politically navigated the publication of the document, advocating for their class interests and maintaining stability for their businesses throughout the Ernesto Geisel administration (1974-1979) and the onset of the political transition. Our analysis is centered on Severo Gomes, a signatory of the document and Minister of Industry and Commerce (1974-1977). We will exploit Ernesto Geisel's personal archive, Severo Gomes' oral history interview, and the "Document of the Eight" itself as sources. Employing a qualitative methodology, we will analyze primary sources on the subject, cross-referencing analytical data, all grounded in the perspective of comprehending historical materiality as the social bedrock for constructing our argument.

**Keywords:** Business and the dictatorship; Political transition; Ernesto Geisel government (1974-1979); Document of the eight; Entrepreneurial military regime

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo problematizar e buscar aprofundar o debate acerca do papel do empresariado nacional no processo de transição brasileiro. Partimos do pressuposto que o golpe de 1964 e o regime foram empresarial-militar. Justificamos nossa escolha partindo de algumas análises recentes sobre o tema, bem como na chave interpretativa mais ampla da linha historiográfica sobre empresariado e ditadura consolidada nos últimos dez anos, cuja base de compreensão é a de que empresários e militares protagonizaram tanto o golpe, quanto o regime construído a partir de 1964.<sup>2</sup> Nossa proposta é ampliar o debate para o processo transicional brasileiro. Pensamos que a produção recente sobre o tema é pouca e merece maior atenção. Para circundar nossa análise, buscamos fontes sobre o período que nos permitem traçar algumas propostas.

Sendo assim, escolhemos como tema central o “Documento dos oito”<sup>3</sup>, assinado em 1978 por oito empresários industriais brasileiros<sup>4</sup>. Acreditamos que esse grupo, visto como progressista à época por defender a mudança do pacto político nacional, estava, na verdade, buscando resguardar seus interesses enquanto classe, ao perceber o momento político no qual o país se encontrava. Para isso, nos debruçamos sobre a bibliografia que trabalha em alguma medida – como tema ou como marco cronológico no entendimento do referido documento – com o objetivo de elencar possíveis interpretações sobre o real impacto conjuntural do posicionamento de tais empresários no contexto da transição.

Junto à interpretação do estado da arte sobre o debate, traremos algumas fontes, quais sejam: o próprio “documento dos oito” e seus signatários, buscando analisar seu conteúdo, contexto de publicação e a face pública dos signatários, pautando essa interpretação aliada à historiografia sobre o tema; a entrevista de Severo Fagundes Gomes (ministro da Indústria e Comércio (1974-1977) de Ernesto Geisel e signatário do “documento dos oito”) concedida em 1977 ao CPDOC; e documento do arquivo Ernesto Geisel, presente no dossiê de despachos com Severo Gomes. Nossa abordagem metodológica será qualitativa, baseada na análise de fontes primárias sobre o tema com cruzamento de dados analíticos, partindo da perspectiva de entendimento da materialidade histórica como base social da construção de nossa argumentação.

Em termos teóricos, entendemos que a construção do regime empresarial-militar no Brasil possui algumas nuances que merecem destaque na conjuntura, e que têm direta influência na compreensão do empresariado na transição. Compreendemos que o golpe de 1964 foi protagonizado por empresários e militares na chave gramsciana, recortando teoricamente o conceito de Estado ampliado<sup>5</sup>. Assim como nos mostra primordialmente René Dreifuss (2006), seguido por uma série de outros trabalhos com base em sua proposta, a movimentação da elite orgânica brasileira na conjuntura se construiu através da busca pela ocupação de postos da sociedade política – o Estado *strictu sensu* – a partir da compreensão de que seu espaço de ação, restrito à sua atuação na sociedade civil, era insuficiente para superar o contexto de crise orgânica no qual o regime implementado em 1964 se encontrava. Consideramos, também, que o golpe de 1964 foi um golpe de classe de caráter contrarrevolucionário preventivo.<sup>6</sup> Para nossa análise, é também importante frisar que adotamos a cronologia do regime empresarial-militar a partir da perspectiva proposta por Lemos

(2014), marcando o final do regime em 1988 com a promulgação da nova Constituição. Em relação ao processo de transição para democracia, entendemos que sua construção não foi uma resposta à conjuntura de crise do regime e sim parte do projeto político implementado com a tomada do Estado em 1964. Segundo Lemos (2014), com nosso acordo, o regime entra na subfase da contrarrevolução democrática em 1974, a partir do momento em que as principais metas do regime foram atingidas e, portanto, salvaguardavam o controle do processo transicional:

Numa primeira subfase, que pode ser balizada pelos anos 1974-1978, setores dos grupos dirigentes entenderam – na verdade desde, pelo menos, 1973 – que o momento em que as principais metas da contrarrevolução – retomada do crescimento econômico e “saneamento” do cenário político interno – haviam sido atingidas seria adequado para a readequação dos meios de dominação, de maneira a alcançar-se a grande meta estratégica: a dominação de classes na forma de um regime democrático restrito. [...] Ainda assim, não se cogitava desarticular o aparato repressivo do Estado nem afastá-lo do processo político total e abruptamente. **Tratava-se de refazer a equação coerção-negociação na dinâmica da dominação política, ampliando-se a esfera desta e reduzindo-se a daquela.** (LEMOS, 2014, p. 132. Grifos nossos)

A transição, a negociação do novo pacto político, perpassou todo o regime, debatida e conduzida de maneira controlada por seus protagonistas. É nesse contexto mais geral que buscamos compreender a posição do empresariado industrial nacional, tido por nós como um dos protagonistas do processo. Nossa sugestão nesse artigo é a de que o empresariado – no sentido de classe do termo – teve assim como no golpe – papel protagonista no processo transicional brasileiro. Seguindo ainda a perspectiva de Lemos (2014), entendemos que a transição teve caráter contrarrevolucionário preventivo, e foi desenvolvida de maneira a construir bases legítimas que justificassem as novas formas de dominação que se pretendia construir no regime subsequente. Desta forma, a transição é um pacto político que subsidiou a construção de um novo regime de dominação de classes:

**Em contrapartida, partes majoritárias da riqueza nacional têm sido empregadas na satisfação dos interesses do setor financeiro do capital que, ao longo da ditadura e do processo de transição, se tornou elemento dirigente do regime, enquanto a fração industrial ligada à produção de bens de consumo duráveis aponta o horizonte ideológico da integração baseada em uma concepção bem particular de felicidade:** o modo brasileiro de viver, versão dependente e periférica do *american way of life*, que, praticamente, organiza a vida de amplas camadas sociais em torno do consumo de suas mercadorias via endividamento pessoal, contribuindo para consolidação da ordem social e favorecendo a reprodução do capital em geral. (LEMOS, 2014, p. 136. Grifos nossos).

É por esta razão que medidas de interesse das frações liberais democráticas da oposição são referendadas pelos agentes do Estado, como o reconhecimento da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições parlamentares de 1974, a suspensão progressiva da censura etc. Essas medidas possibilitaram o ressurgimento dos movimentos sociais organizados – como a reconstrução das bases do movimento estudantil, dos movimentos pela anistia e, mais adiante, do movimento sindical. A preocupação de amplos setores do capital, como na conjuntura de crise do pacto populista nos anos 1960, era com a manutenção da estabilidade política do país para que superassem o momento de crise conjuntural que começava a afetar a credibilidade do regime, principalmente pela mudança na configuração econômica nacional e internacionalmente, com sérios riscos para o capital. Nossa chave de interpretação segue em parte as ideias apresentadas por Payne:

As elites empresariais são indiferentes aos regimes políticos, mas se preocupam com a capacidade de determinados governos de proteger seus investimentos. Nem os governos democráticos nem os autoritários são inerentemente mais capazes de proteger os investimentos. Da mesma forma, ambos os tipos de regime são capazes de promover políticas que ameaçam os investimentos empresariais. Portanto, as elites empresariais não estão naturalmente inclinadas a endossar nenhuma das formas de sistema político.<sup>7</sup> (PAYNE, 1994, p.xv)

Payne elabora sua argumentação defendendo a ideia de que, quando há real perigo, os empresários agem desta maneira. Para nós, não é preciso um perigo concreto, mas sim a elaboração conjuntural na qual exista a possibilidade de colocar em xeque os investimentos e lucros desses grupos. Nessa chave, compreendemos a participação do empresariado em regimes repressivos – e conseqüentemente o desenrolar da saída deles – partindo do pressuposto de que esses grupos não estavam diretamente preocupados com o tipo de regime, mas sim com o projeto político a ser conduzido para sua construção. Dois elementos são centrais nessa seara: a promoção de políticas que ameaçam seus investimentos – no caso do período em tela, temos como elementos importantes a defesa pela proteção da indústria nacional e as críticas acerca da estatização dos investimentos pelo regime<sup>8</sup>, especialmente no governo de Ernesto Geisel durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – e a estruturação de um regime no qual a dominação de classe estivesse garantida, seja pela via coercitiva ou pela reconstrução da dominação com elevados níveis de consenso<sup>9</sup> – referendando o papel de protagonistas na construção da transição. Estamos, nesse ponto, tratando de forma mais ampla a questão, obviamente. Para esse artigo, nos cabe recortar a análise a fim de contribuir para o entendimento do papel de uma parcela de tais protagonistas, estando longe de esgotar o debate acerca do contexto mais geral de dominação de classe na conjuntura da transição, tema que merece muito aprofundamento e compreensão na historiografia. Problematicamos a retórica de retirada do suporte (ou de oposição) empresarial ao regime presente na historiografia<sup>10</sup>, buscando elucidar suas ações a partir de elementos contextuais de fundo que configuram o processo de transição finalizado em 1988.

### **O “documento dos oito” em debate**

O “documento dos oito” foi uma espécie de manifesto assinado por oito empresários em 1978. Seu conteúdo trata de diversas questões relacionadas à conjuntura nacional e defende a transição do regime instaurado em 1964, pedindo pela volta à democracia. O documento foi assinado por: Antonio Ermirio de Moraes (Diretor-presidente do Grupo Votorantim), Cláudio Bardella (ex-presidente da ABDIB e Diretor-presidente do grupo Bardella S.A.), José Mindlin (diretor da FIESP e diretor-presidente da Metal Leve), Paulo Villares (ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia e diretor do grupo Villares Metal S.A.<sup>11</sup>), Laerte Setúbal Filho (diretor-presidente do grupo Duratex), Jorge Gerdau Johampeter (diretor do Grupo Gerdau), Paulo Vellinho (diretor da Associação Brasileira da Indústria de Aparelhos Elétricos e Eletrônicos (ABINEE), vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Diretor do grupo Springer/Admiral) e Severo Fagundes Gomes (ex-ministro da Agricultura (1966-1976) e da Indústria e Comércio (1974-1977) e diretor-presidente do grupo Parayba). Augusto Trajano de Azevedo Antunes e Amador Aguiar, do Bradesco, não assinaram o documento. Os empresários foram eleitos em consulta

pública pela Gazeta Mercantil e compuseram o Fórum de Líderes Empresariais, criado em 1977. (BIANCHI, 2001, p. 127).

Alguns autores destacaram o documento em suas análises. A simples leitura de seu conteúdo traz possíveis interpretações sobre este grupo, algumas reverberaram na produção intelectual sobre o papel do empresariado na transição, como no texto de Francisco Josênio Camelo Parente (1989) sobre os industriais cearenses. O autor considera a ligação destes com o Conselho Industrial do Ceará, criado em 1978, como algo positivo, considerando o papel dos empresários como de vanguarda no processo de abertura política:

Amarílio Macedo mantém encontro, em maio, com o empresário paulista Cláudio Bardella, um dos signatários do “Manifesto dos oito” que seria lançado no mês seguinte, e aceita ser expositor num novo painel sobre: “O Empresariado e a sociedade”. E realmente acontece em julho esse encontro, tendo acompanhado outro signatário, o empresário José Mindlin. **O CIC, portanto, passou a alinhar-se com setores mais modernos do empresariado industrial brasileiro logo no seu nascedouro, na sua reestruturação, e passa a defender uma posição de vanguarda no processo de “abertura política” que se iniciava.**” (PARENTE, 1989, p. 240. Grifos nossos.)

Fabio Cesar Venturini, em dissertação de mestrado defendida em 2008 na PUC-SP sobre o setor metalmeccânico no Brasil entre 1964 e 1978, nos traz uma visão mais crítica acerca do grupo e do documento, dizendo:

No jornal, o documento foi considerado ousado e parte de uma luta pela democracia, mas na verdade a carta tem um caráter mais de conservadorismo do que de vanguarda. [...] Desse modo, a carta que supostamente pedia a abertura política, na prática, solicitou a manutenção da estrutura protecionista, promotora da expansão capitalista e provedora de recursos às empresas brasileiras de estrutura aristocrática. Com maquiagem de progressistas, os empresários que assinaram o Documento dos oito reivindicaram a manutenção do conservadorismo no Estado Brasileiro. (VENTURINI, 2008, p. 177-178)

O autor traz importante reflexão que corrobora nossa perspectiva nesse artigo. O rótulo de progressistas, encontrado nos jornais da época, fez com que esse grupo de empresários e seus interesses fossem blindados no debate público. Venturini (2008) contribui para a crítica acerca da caracterização desse grupo. O documento é visto, como viemos apontando e o autor também o faz, como um baluarte da democracia. Destacamos esse trecho de sua análise para deslindar mais uma questão que gostaríamos de abordar como elemento estrutural da ação do empresariado em momentos de crise: a questão da segurança e da estabilidade políticas. O autor diz:

Assim, mesmo que na construção da memória hegemônica sobre o regime civil-militar nas décadas seguintes o documento seja citado como baluarte da democracia, o regime democrático sugerido é um sistema capaz de “promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes”, ou seja, o **desenvolvimento, segurança e massas populares disciplinadas**. (VENTURINI, 2008, p. 179).

Nesse ponto devemos olhar para o contexto especial do ano de 1978, pegando os três eixos indicados por Venturini acima. Em relação ao desenvolvimento, 1978 é caracterizado, em geral, como o momento da ampliação dos questionamentos do empresariado nacional acerca do II PND. Especialmente a campanha contra estatização, que vem no bojo do contexto de crise estrutural do capital internacional e o choque na balança de pagamentos brasileira. As principais referências de estudos – importantes para nossa compreensão atual – tratam a campanha contra a concentração de investimentos em empresas públicas –

chamada de estatização – como o ponto de inflexão que levou parcelas do empresariado brasileiro a retirar o apoio do regime e passar a criticá-lo aberta e publicamente. Sem dúvidas esse é um dado conjuntural importante e teve impacto evidente no desenvolvimento econômico do país, afetando diretamente os interesses da empresa privada. A questão que se coloca, nesse ponto, é o fato de que a explicação sobre a defesa pública da transição por parte do empresariado não pode ser reduzida a apenas dois fatores: a campanha contra a estatização e o posicionamento considerado progressista desses grupos que pediam a volta à democracia.

Nessa equação é importante a soma, e talvez com peso maior na conta final, do segundo eixo indicado por Venturini, a segurança. É fato, e desenvolvemos esse argumento em estudos anteriores (SPOHR, 2020; 2023; 2024), que a classe dominante, especialmente representada pela burguesia industrial no recorte desse artigo, está preocupada, sempre, com a segurança de seus investimentos e lucros. Para tal, atuam de maneira ativa, representadas por uma elite orgânica do capital que se posiciona em defesa dos interesses da empresa privada frente às conjunturas de crise, buscando garantir a segurança de seus investimentos, especialmente em momentos nos quais enxergamos o aprofundamento da luta de classes. Nessa chave, vemos o golpe empresarial-militar de 1964 como importante etapa da consolidação da dominação política de classe.

Nessa conjuntura, a solução se apresenta com elevados níveis de coerção, com a implementação de um regime altamente repressivo desde sua concepção para que a segurança e a estabilidade do país fossem atingidas. O protagonismo militar se une ao protagonismo empresarial nesta conjuntura para implementar de maneira estrutural – através da criação do aparato legal e institucional que permitiu a consolidação dos mecanismos de coerção contra os interesses dos grupos no poder à época do golpe em 1964 – o projeto político de classe, gestado anos antes e consolidado após o golpe empresarial-militar. É, portanto, de suma importância estudar o elemento militar enquanto protagonista e articulador político, de maneira a equilibrar as responsabilidades da dupla empresarial-militar ao longo do regime.

Nesse contexto, o que nos interessa pensar é justamente a movimentação de classe de maneira mais ampla e a ocupação de postos do Estado – pensando na chave de Gramsci, de maneira ampliado, dedicando nossa leitura para além do IPES, findo em 1973. O terceiro elemento do cenário brasileiro no ano de 1978, elencado por Venturini acima, são as massas populares. Especialmente para os industriais paulistas, a movimentação da classe trabalhadora e a reconstrução da organização de suas lutas, coloca em xeque o pacto político impresso em 1964. A defesa da transição, que desembocava diretamente na alteração da equação coerção-consenso, diminuindo os níveis de coerção formais, levou diretamente ao aprofundamento da luta de classes no país. Para o empresariado, o aumento da articulação e a ampliação da ação dos trabalhadores configurava importante ponto de inflexão. A conjuntura obrigou a classe dominante brasileira a buscar a dominação pela via do consenso. Vemos o “documento dos oito” como uma tentativa pública de apaziguamento dos conflitos de classe que se impuseram em 1978, contribuindo para a busca da negociação a partir de diferentes estratégias e discursos, na medida em que a transição pressupõe, pelo projeto político proposto, a redução dos níveis de coerção e a consequente busca pelo consenso, para garantir a dominação de classe.

Bianchi (2001) propõe importante análise gramsciana sobre a questão empresarial de maneira histórica, pontuando na longa duração sua ação política. É mérito de seu texto, escrito em 2001, apontar para o protagonismo empresarial. Nos traz, também, reflexão sobre o período que estamos tratando especialmente:

A estrutura autoritária montada pelo regime militar afastou as entidades empresariais das esferas mais altas de decisão e, principalmente, do Conselho de Desenvolvimento Econômico, organismo que, a partir de sua criação em 1974, passou a coordenar a política econômica do governo definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. O fim do “milagre econômico” provocou a emergência de conflitos entre o empresariado e o governo, bem como a reivindicação de maior participação nessas esferas. (BIANCHI, 2001, p. 126)

Partindo dessa reflexão de Bianchi e dos nossos estudos atuais, podemos sugerir uma interpretação mais complexa sobre o contexto. Pensamos que, talvez, o momento de conflito entre empresariado e governo – trabalhado assim pela maior parte da historiografia do período – seja elemento de algo maior e mais complexo. Podemos notar, em alguma medida, aspectos que possam caracterizar uma crise orgânica do regime – uma crise do pacto político estabelecido em 1964 que levou o projeto político da ditadura, encabeçada por militares e empresários ao poder, entrar em vias de desconstrução. O elemento do fim do “milagre econômico” é, com certeza, importante na avaliação desse contexto de crise. Acreditamos, porém, que este seja um dos elementos constitutivos do processo. Para assegurar a transição do regime – partindo de sua crise, instaurada nessa conjuntura – era preciso reavaliar o pacto assumido no processo do golpe. O Conselho de Desenvolvimento Econômico<sup>12</sup> e a execução do II PND foram alvo de críticas diretas do setor industrial de capital nacional. O mesmo grupo tinha como ministro da Indústria e Comércio Severo Gomes<sup>13</sup>, signatário do documento. Qual a razão, então, da indicação do nome de Severo como ministro? O próprio diz que foi escolhido para desenvolver a área de comércio exterior, algo que ficou, segundo ele, aquém do necessário. Sobre o II PND, relata, em entrevista ao CPDOC:

É preciso lembrar que logo no começo, no primeiro discurso do presidente [Ernesto Geisel], ele já colocou alguns problemas que depois iam ser implementados. Primeiro era a necessidade de fortalecimento da empresa nacional para o desenvolvimento tecnológico no país e, numa segunda etapa, outro ponto que era a concentração de renda que demorou algum tempo para que ele viesse a explicitar. [...] Mas quando o II PND estava, vamos dizer assim [inaudível] o Conselho de Desenvolvimento Industrial estava estudando a modificação das regras do jogo para se adaptar a isso, essa política industrial de dar prioridade ao setor de bens de capital e de insumos básicos, foi uma formulação que veio do próprio Conselho de Desenvolvimento Industrial. Isso não quer dizer que eu estivesse de acordo com fazer o II PND naquela hora, naquela altura. Acho que tem muita coisa positiva, mas ele acabou emendando coisas mais ou menos desconexas e eu até pedi ao Presidente da República que não fizesse, que já estávamos vendo tal mudança no país e no mundo, que seria prudente colocar isso no documento. Naquela altura deveríamos estudar mais profundamente e aguardar uma visão mais clara dos acontecimentos para se fazer um plano. (Entrevista Severo Gomes, CPDOC)

Quando perguntado se o Ministério da Indústria e Comércio toma alguma posição em relação ao beneficiamento do II PND às indústrias de base, Severo relata sua crítica à escolha do plano, com bases bastante semelhantes às críticas encontradas no documento dos oito, mas ressalta que o ministério, apoiado no Conselho de Desenvolvimento Industrial, estava ciente da formulação base do plano de investimentos no setor de bens de capital e insumos básicos. Ou seja, o representante do capital industrial nacional na sociedade política, ocupante de um posto ministerial, apesar das críticas, estava ciente das bases do II PND

antes mesmo de seu lançamento. É provável que seus parceiros e signatários do “manifesto” contra a política econômica também o estivessem visto que tinham um representante direto – um intelectual orgânico<sup>14</sup> de sua fração de classe – ocupando posto estratégico na sociedade política. A grita dos industriais contra o II PND necessita de maior aprofundamento analítico, assim como sua posição pública. A impressão é de que fossem opositores, mas a posição era negociadora, como podemos observar no relato de Severo Gomes em texto enviado ao presidente Geisel sobre a composição do CDE.

Os debates no âmbito do Conselho seriam verdadeiras reuniões de coordenação e formação de um consenso que permitisse aos Ministros de várias pastas atuarem com desenvoltura na implementação dos detalhes daquilo que fosse acordado. Mantínhamos a esperança que no CDE pudessem ser discutidos “em tese” temas como, por exemplo, “desenvolvimento regional”, distribuição de renda, política de desenvolvimento industrial, empresas multinacionais, balanço de pagamento, etc. A implementação da opinião dominante no CDE, sob a forma de leis, decretos, portarias, etc seria matéria cuja execução se incumbiriam os órgãos técnicos e administrativos dos ministérios envolvidos. O que temos verificado, contudo, é que as reuniões do CDE têm-se orientado no sentido do exame de proposições prontas, já analisadas e com opinião já firmada ou consubstanciada em documentos finais, circunstância que, de certa forma, inibe e constrange qualquer membro do Conselho em debater as soluções propostas. (BR CPDOC EG pr 1974.03.31 docI-10).

Nosso argumento segue no sentido de destacar a relevância da representação ministerial de Severo Gomes nesse contexto, se posicionando internamente a favor de maior participação no processo decisório da política econômica do governo Geisel. A representação dos interesses da fração de classe industrial de capital nacional se fazia presente e tinha importante atuação negociadora ao longo do governo. Outro destaque consensual na historiografia sobre o período está relacionado à campanha contra estatização. Bianchi destaca:

A campanha criticava o aumento do Estado e os excessos da intervenção estatal, principalmente nos setores de transportes, mineração, comunicações e siderurgia. Além de atacar a centralização da atividade econômica pelo Estado, os empresários questionavam a centralização excessiva de poder e a autonomia decisória que os tecnocratas responsáveis pela definição da política econômica haviam adquirido. [...] É preciso perceber que a campanha é um momento no qual os empresários afirmam que não aceitarão mais o papel subalterno ao qual suas entidades haviam sido até então relegadas. (BIANCHI, 2001, p.126)

Sobre o documento dos oito, Bianchi nos leva a crer que a publicação do documento teria sido uma resposta ao aprofundamento da luta de classes especialmente no ano de 1978. É fato que a reorganização da classe trabalhadora atingiu diretamente os líderes empresariais e signatários do documento. Sua publicação tem, sem dúvidas, essa razão, mas não só. Entendemos que a problemática vai além de uma resposta, essa é nossa proposta inicial de interpretação da questão da crise do regime e sua relação com o empresariado – aqui pensando de maneira ampla, enquanto classe. Bianchi nos fornece dado importante para avaliação da conjuntura:

O ano de 1979 terminou, assim, com a incorporação do “grupo dos oito” ao comando da FIESP. Os empresários que constituíam esse grupo, representantes, em sua maioria, do setor mais dinâmico da indústria na década de 1970 – a indústria metal-mecânica e a eletro-eletrônica –, assumiram a entidade com um programa que visava a instaurar um padrão mais autônomo no relacionamento com o governo, rompendo a dependência característica do período anterior. No programa desses empresários encontrava-se a busca de uma colaboração mais intensa com o Executivo, procurando uma solução negociada para a crise econômica e política. (BIANCHI, 2001: p. 128)



Na sequência de seu texto, Bianchi indica a existência de uma crise de representação do empresariado brasileiro, que irá se manifestar de maneira mais ativa na década de 1980. A proposta, bastante instigante, nos faz pensar que, para além da importância do estudo sobre a participação do empresariado no contexto da transição, é preciso também pensar na reorganização política das bases empresariais. Os signatários do documento dos oito eram empresários em torno de seus 50 anos, com carreiras sólidas – muitas delas construídas dentro dos negócios familiares. Essa característica nos faz pensar – e seria preciso ampliar e aprofundar bastante essa reflexão em outros espaços – que, junto à uma possível crise de representatividade vemos também o surgimento de novas lideranças, uma geração que não participou ativamente da tomada do poder em 1964 e que entende o dado conjuntural de crise do regime – e potencialmente a necessidade de modifica-lo – como principal objetivo político para a manutenção da dominação de classe que lhes garantiu o espaço que ocupavam na conjuntura dos anos 1970. Partindo desse ponto, ampliamos o olhar sobre o protagonismo empresarial e sua construção dinâmica enquanto classe dominante. Severo Gomes, em 1977, indica elementos importantes para o subsídio de nossa proposta ao avaliar o II PND e a questão industrial:

De certa maneira, ele [II PND] foi muito bom no sentido de que uma série de empreendimentos foram levados adiante. E hoje a grande grita dos industriais é para que não se aprove mais nenhum projeto de [...] bens de capital. A grande ambiguidade dessa política é que você não pode traçar uma política industrial sem que ela seja ligada à política econômica geral do país. Não pode traçar uma política econômica sem que esteja ligada à política do país, pois a política é política. Então, na medida em que se restringe o volume de incentivos para beneficiar aqueles setores atrasados, os empresários de fora iam indagar o governo quais eram os setores em que havia interesse por parte do governo de se fazer investimentos. Eram esses setores? Se dissesse que não eram esses ou se negasse a aprovação do projeto, significava pura e simplesmente uma nova postura política. Então foram aprovados três grandes projetos do setor de bens de capital, Um conflito muito grande com os empresários nacionais que aspiravam o poder com o apoio do governo, para mexer com esse setor e deixá-lo mais nacional do que os outros. Para se fazer isso significa uma mudança profunda de orientação da política econômica. Como é que o país diz que quer receber recursos externos manda os seus ministros a Salzburgo<sup>15</sup> para conversar e atrair e depois não aprova os projetos. **Então, para uma mudança tão grande é preciso um novo pacto político, uma nova articulação. Então, no setor de bens de capital, se pode dizer que houve um grande volume de investimentos estrangeiros e nacionais e que esses conflitos que surgiram estão todos ligados ao fato de você querer mudar uma política industrial. É impossível, na medida em que você não mude o pacto político dentro país. [...] O industrial está lutando por isso, mas ele não coloca o problema dentro do plano político. Ele não coloca o problema no sentido de que, realmente, para que esses objetivos sejam alcançados, é preciso buscar uma nova articulação.** (Entrevista com Severo Gomes, 1977. Grifos nossos)

O elemento de fundo encontrado na fala de Severo Gomes liga diretamente a mudança de uma política industrial à mudança do pacto político. Ao final, destaca sua visão sobre a importância da ação organizada do setor. Quando perguntado sobre sua identificação como tecnocrata, Severo Gomes fala de maneira militante e nos traz a demonstração da consciência de classe desses grupos e seu protagonismo no processo: “É eu fui visto como representante dessa corrente. Agora, isso tem alguma razão de ser que **eu sempre atribuí muita importância ao papel da burocracia na vida brasileira e o temor constante de que a burguesia desarticulada fosse incapaz de assumir a liderança necessária para a condução da vida política.** (Entrevista com Severo Gomes, 1977. Grifo nosso).

Os pontos encontrados em sua fala aparecem sistematizados no documento de 1978, que se divide em três partes. A primeira delas conduz uma análise sobre a questão econômica, fundamentada na defesa da empresa privada nacional, a segunda trata do que os próprios chamam de questão social e a terceira fecha, em tom de manifesto, trazendo a defesa do regime democrático. Seu conteúdo faz críticas diretas à política econômica de Mario Henrique Simonsen<sup>16</sup> e João Paulo dos Reis Velloso<sup>17</sup>, apontando críticas relacionadas a entrada de empréstimos externos - com o objetivo de pagar os juros e amortizar a dívida externa – criticando a manutenção das taxas de juros altas. Defendem a necessidade de uma ampla reforma financeira, a reavaliação do endividamento externo e de suas implicações no âmbito externo. A peça é, sem dúvidas, importante e nos diz bastante sobre o contexto no qual o regime se encontra ao final dos anos 1970. Sobre a empresa estrangeira – e seus representantes, protagonistas do processo de tomada de poder em 1964, como os próprios destacam – vemos uma crítica veemente no documento:

O outro protagonista a que aludimos, a empresa estrangeira, tem desempenhado um papel inegável na construção da economia de mercado no Brasil. E nem desejamos prescindir de sua participação no futuro. Mas já está na hora de valorizar o poder de atração do mercado brasileiro através da fixação de uma política de entrada de capitais de risco. Devemos definir com precisão regras disciplinadoras do ingresso das empresas estrangeiras, a partir das conveniências nacionais, estabelecidas pela política industrial em seu conjunto. Não se trata, apenas, de estabelecer restrições, senão de oferecer princípios duradouros que permitam um convívio proveitoso para a Nação entre os parceiros, salientando-se o caráter complementar da contribuição estrangeira ao nosso próprio esforço de desenvolvimento nacional. [...] A efetivação de uma política industrial, nos moldes que estamos preconizando, supõe uma participação ativa do empresariado em sua elaboração. (Documento dos oito, 1978)<sup>18</sup>

A leitura descuidada desse trecho pode colocar em dúvida nossa argumentação - a de que o empresariado industrial nacional fazia parte do grupo protagonista condutor da transição – colocando-os como parte da oposição ao regime. Porém, ao problematizarmos a escrita deste trecho do “manifesto” podemos observar importantes nuances. É justamente o contexto de crise do pacto político estabelecido em 1964 que se insere essa fala dos líderes industriais brasileiros. Entendemos seu posicionamento crítico à política econômica do II PND e à valorização da empresa privada estrangeira como estratégico, com o objetivo de marcar posição na readequação e reorganização do novo pacto político às vistas do processo transicional. Para além das questões financeiras, o que observamos aqui nesse contexto é o posicionamento político do empresariado industrial nacional para que pudessem fazer parte e ser voz ativa da construção das bases do novo regime que se avizinhava – como eles próprios escrevem de maneira literal.

Contudo, dentro da conjuntura de crise do regime, a busca pela legitimidade e pela aparência progressista – retórica habilmente conduzida por seus signatários – faz com que incluam em seu texto discurso que segue o movimento mais amplo de setores importantes da sociedade civil brasileira no contexto de 1978. A defesa pela repactuação e pela participação desse setor na condução compartilhada do projeto de transição, passa pela defesa da volta à democracia. Porém, com todo controle e estabilidade política necessários à manutenção de seus investimentos e lucros. A preocupação com esse quesito aparece em alguns trechos do texto:

Por estarmos abordando alguns aspectos do que nos parecem ser problemas básicos da Nação, não poderíamos omitir a importante questão social. Todos sabemos que o processo de desenvolvimento econômico convive com desigualdades sociais profundas. Sabemos também que as origens destas desigualdades são remotas e de natureza diversa. **Mas devemos admitir que sua presença na cena brasileira se tornou crítica, pondo em risco, a longo prazo, a estabilidade social e exigindo, de imediato, soluções compatíveis com as exigências de uma sociedade moderna.** [...] A partir deste patamar, poder-se-ia, então, atender às diferenças setoriais, abrindo espaço para a **legítima negociação entre empresários e trabalhadores**, o que exige liberdade sindical, tanto patronal quanto trabalhista, e dentro de um **quadro de legalidade e de modernização da estrutura sindical.** (Documento dos oito, 1978)

Seguindo nossa argumentação central, de que a transição teve como elemento conjuntural fulcral a preocupação com a estabilidade política e econômica, principalmente por parte do empresariado, podemos observar no “documento dos oito” nuances características que corroboram essa perspectiva. A preocupação, aparentemente progressista, com as desigualdades sociais desemboca – e preocupa diretamente – no aprofundamento da luta de classes, possibilitando a reorganização das lutas da classe trabalhadora. Era preciso – e foi desta forma que a transição foi conduzida – mediar os conflitos, sem colocar em risco a estabilidade social a partir do controle da classe trabalhadora afetada – dentro da legalidade e com a modernização da estrutura sindical, como por eles defendido. O terceiro item conclui o manifesto pedindo à volta da democracia, nos seguintes termos:

Acreditamos que o desenvolvimento econômico e social, tal como o concebemos, somente será possível dentro de um marco político que permita uma ampla participação de todos. E só há um regime capaz de promover a plena explicitação de interesses e opiniões, dotado ao mesmo tempo de flexibilidade suficiente para **absorver tensões sem transformá-las num indesejável conflito de classes – o regime democrático.** Mais que isso, estamos convencidos de que o sistema de livre iniciativa no Brasil e a economia de mercado são viáveis e podem ser duradouros, se formos capazes de construir instituições que protejam os direitos dos cidadãos e garantam a liberdade. (Documento dos oito, 1978).

Fica bastante claro nesse trecho o eixo condutor de saída do regime. A ampliação da dominação via consenso, abrindo espaço para participação de outros setores nas lutas políticas, porém de modo controlado. A democracia defendida pelo grupo de empresários industriais é pautada nas bases do pensamento contrarrevolucionário preventivo para evitar, como eles mesmo dizem, um indesejável conflito de classes. A breve análise desses trechos nos fornece subsídios importantes para compreender o contexto de maneira mais ampla. Ainda é preciso, obviamente, aprofundar as pesquisas sobre esse setor e seu posicionamento no período de “descompressão” do regime. O bem-sucedido caminho levou seus signatários a passarem para a história como democratas e progressistas.

É importante, no entanto, problematizar também essa questão e contrapor o discurso da prática. Samuel Fernando da Silva Junior (2023), ao estudar a atuação do empresariado industrial nas greves do ABC nos traz questões cruciais para interpretar esse grupo. Apesar de discordarmos de seu argumento inicial – o de que as greves e a organização dos trabalhadores aceleraram o processo de transição – aponta a relação entre capital e trabalho como central para compreender o discurso impresso no documento, ponto com o qual concordamos e pensamos ser central para nossa análise. O autor interpreta a postura de alguns signatários durante as greves de 1978:

Mas será mesmo que esse comprometimento burguês com a “abertura”, com a “questão social”, com a “liberdade sindical” e com a “livre negociação” ventilado nos referidos documentos (e até

mesmo reconhecido por cientistas sociais, como veremos abaixo) era real? Ou não passava de mera ideologia visando a dissociação do regime em período de crise econômica e ascensão social dos “de baixo”? Até que ponto os chamados “novos empresários” dos documentos citados acima estavam comprometidos com a “democracia”? Que “democracia” era essa? Para responder estas questões, remeter-nos-emos à atuação empresarial durante as greves de 1980 no ABC. Pois, para nós, é na relação entre capital e trabalho, em que se encontra a chave para responder estas questões. (SILVA JUNIOR, 2023: p. 106)

Podemos ir mais adiante, talvez, na chave apresentada pelo autor. É, sem dúvidas, na relação entre capital e trabalho que devemos focar quando falamos em luta de classes. O que Silva Junior aponta, é o aprofundamento do conflito de classes e a consequência desse contexto no processo de transição política. Nossa visão é a de que a posição do empresariado industrial nesse contexto era a de buscar legitimar seu discurso alinhado ao projeto de abertura da ditadura. Ao contrário do que se pressupunha, pedir publicamente pelo retorno à democracia estava muito mais no discurso legitimador, elevando seus signatários ao debate público como vanguardistas, enquanto o que pretendiam era de fato se aliar ao processo de abertura de maneira a salvaguardar seus interesses. Destacamos a fala de dois líderes sindicais em entrevista à revista *Cara a Cara* citados por Silva Junior (2023), sobre alguns signatários aqui em tela:

Baixinho (Oposição de Osasco): Há muitos empresários aí que estão posando de liberais e que mandaram gente embora por causa do movimento grevista ou pela participação na oposição sindical. É o caso do Bardella, Mindlin, os empresários da Cobrasma e das Máquinas Piratininga. Eles se dizem liberais, porém querem liberdade só para eles. Para nós o que sobra é um chute na bunda para ir para rua. Hélio (Oposição de São Paulo): É isso aí. Tem muito empresário nacional que é a favor da greve. Desde que não seja na fábrica dele (CARA A CARA, 1978, p. 41-42 e 50-51, grifos nossos apud SILVA JUNIOR, 2022: p. 128).

A construção da memória desses nomes, em especial dos mais destacados como Antônio Ermirio de Moraes e José Mindlin (este último se tornou membro da Academia Brasileira de Letras), permanece em homenagens póstumas como na reportagem publicada na revista *Carta Capital*, revista considerada alinhada a setores progressistas da atualidade, em 2019 sobre Cláudio Bardella assinada por Mino Carta<sup>19</sup>, diretor de redação da publicação, que diz:

Por Claudio Bardella, timoneiro dos longos anos de sucesso, tenho uma antiga amizade carregada de boas recordações, algumas especialmente notáveis, sobretudo nos dias de hoje. Claudio integrou um grupo de empresários que, ainda na década de [19]70, tomaram uma desassomburada posição contra a ditadura, e ali se destacavam lideranças empresariais como Einar Kok e José Mindlin, e deste primeiro movimento de resistência originaram-se os documentos emitidos pelo Fórum Gazeta Mercantil entre 1978 e 1983. **Tratava-se de manifestações firmes e diretas, impregnadas de espírito democrático.** Voltam à memória ardentes reuniões na casa de Severo Gomes, levado pelo impulso nacionalista a se afastar do apoio inicial à ditadura, da qual aceitara até ser ministro, e nelas Claudio desempenhava um papel importante com a graça e a elegância que lhe são peculiares. Quatro décadas se passaram entre aquela época e a atual está além de desoladora. (CARTA, 2019).

Importantes elementos são colocados nesse trecho. O primeiro que nos chama atenção é justamente a forma como esse grupo de empresários construiu uma legitimidade democrática por se posicionar a favor da transição. Pensamos que uma das razões para que essa memória esteja colocada seja justamente a ausência de estudos recentes sobre o papel desse grupo – e do empresariado enquanto classe – de maneira mais detida durante o período de transição, especialmente ao longo do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Além disso, nesse trecho encontramos algumas importantes nuances. A primeira é a presença, ao que tudo indica, de Mino Carta em reuniões com tais empresários. Esse espaço seria insuficiente para uma reflexão

mais profunda sobre a questão da longa duração da transição, mas vemos um indício importante nessa relação com a construção dos governos pós-1988, pensando especialmente os pactos e negociações que buscaram a consolidação do processo transicional, garantindo a esse grupo – enquanto intelectuais orgânicos representantes dos interesses de classe no processo de estruturação do novo regime – possibilitando a pavimentação de sua dominação em momentos de consenso elevado, como nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

Durante o governo Dilma Roussef (2011-2016), Jorge Gerdau Johampeter, outro signatário do “documento dos oito” atuou como conselheiro da Presidenta e ocupou o cargo de presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade<sup>20</sup> vinculada à Casa Civil no ano de 2011, passando de conselheiro à opositor durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), quando se tornou sócio e conselheiro do Brasil Paralelo<sup>21</sup>. Esses poucos exemplos, longe de uma análise sistemática sobre a continuidade desses nomes ao longo da construção do novo pacto político inaugurado em 1988 nos dá elementos para pensar as continuidades na perspectiva de mais longa duração do que foi o processo de saída da ditadura no Brasil e, especialmente, do papel do empresariado no processo.

Outro ponto interessante do relato de Mino Carta é sua fala sobre Severo Gomes, personagem central de nosso artigo. Carta vai relatar que Severo Gomes tinha aceitado “até ser ministro”. O industrial democrata, membro dos governos Castello Branco e Ernesto Geisel, era conspirador confesso em 1964. Em entrevista, ele diz:

Eram reuniões conspiratórias preparando-se a revolução estava sendo gestada. Então nós sabíamos que determinado momento seria preciso fazer algo. Nós receberíamos algum tipo de missão. Cinco dias antes da revolução eu recebi uma carta para articulação na minha região do Vale do Paraíba. Eu recebi o encargo de organizar, vamos dizer, uma cozinha para dar uma refeição quente para as tropas que desceriam pelo caminho de Caxambu por terra para se juntar a Agulhas Negras e estava organizado para isso. Mas a revolução foi precipitada e não aconteceu nada. Eu não tive a oportunidade de fazer isso, mas era concretamente o que eu tinha de fazer. (Entrevista Severo Gomes, 1977. CPDOC).

Severo Gomes saiu do cargo menos de um ano antes da publicação do documento por ele assinado. A visão de “mudança de lado” em questão de meses soa ingênua a nosso ver, inclusive. Severo Gomes sempre se posicionou, inclusive dentro do ministério, em defesa da indústria nacional – afinal de contas, era um deles. Sua presença no referido ministério passou por embates com outras pastas, inclusive dentro do CDE, dando indícios de seu posicionamento e justificando sua assinatura no documento de 1978. Porém, é importante complexificar a análise relacionada a sua presença no grupo. Mais uma vez, destacamos que não se trata, como Mino Carta indica, de uma “mudança de lado” ou de uma ação de oposição ao governo Geisel – e ao regime – do qual fez parte até pouco tempo antes da divulgação do texto.

Na conjuntura, Severo Gomes aparece muito mais como articulador, como elo entre a sociedade civil – representada nesse artigo pela parcela da classe dominante personificada no empresariado industrial paulista – e a sociedade política. Trata-se de um *insider*, muito mais que um *outsider*. A ocupação do ministério da Indústria e Comércio – cargo mais alto e representativo da parcela de classe empresarial industrial de capital nacional – por Severo Gomes não é mera coincidência. A escolha de seu nome nos indica claramente a tentativa de conciliação e de construção do processo transicional abarcando interesses de diferentes frações

do empresariado, com suas demandas e restrições. Era preciso dar voz a esse grupo dentro do governo, dentro da política econômica, mesmo que de maneira controlada e comedida. Além da entrada na sociedade política, era preciso substanciar a construção do novo pacto político via consenso. O modelo de dominação através das vias coercitivas estava em perigo, assim como a estabilidade política e econômica do país. Desta forma, a face pública das lideranças que assinaram o “Documento dos oito” precisava ter a marca do processo: defensores da democracia, progressistas, jogando o jogo político para garantir a dominação de classe e a estabilidade política que lhes garantiria – com discordâncias eventuais, como todo processo dinâmico inerente à busca pela hegemonia – seu espaço nas altas instâncias da sociedade política. A transição precisa, ainda, abarcar mais estudos sobre o papel do empresariado na conjuntura dos diferentes tempos históricos e durações, continuidades e descontinuidades, a fim de entendermos suas consequências nas bases do regime fundado em 1988 com o fim da ditadura.

### **Referências:**

- BIANCHI, Alvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do pensamento nacional das bases empresariais. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.16, p. 123-142, jun. 2001.
- BORTONE, Elaine de Almeida. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- BORTONE, Elaine de Almeida. A presença de empresários do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) nas empresas estatais federais: o caso do setor financeiro (1964-1967). In: Monica Piccolo. (Org.). **Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo. Rupturas e Continuidades**. São Luiz: Editora Uema, 2016, v. 1, p. 73-101.
- BORTONE, Elaine de Almeida. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- BRANDÃO, Rafael Vaz Mota. **ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974-1979)**. Texto apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007.
- BRANDÃO, Rafael Vaz Mota. **O negócio do século: o acordo de cooperação nuclear Brasil - Alemanha**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. v. 1.
- BRANDAO, Rafael Vaz Mota.; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.) **Os donos do capital: a trajetória das principais famílias do capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresários e Estado no Brasil na transição da ditadura para a democracia: o caso dos empreiteiros de obras públicas. **Revista de História da Unisinos**, v. 22, p. 478-489, 2018a.
- CARTA, Míno. **O ocaso da Bardella: o pavoroso significado do destino de uma empresa**. Carta Capital. 2018. <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/o-ocaso-da-bardella-o-pavoroso-significado-do-destino-de-uma-empresa/>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. **Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)**. Campinas; São Paulo: EdUnicamp; Fapesp, 1995.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. **Estado e economia em tempo de crise: política industrial e transição política no Brasil nos anos 80**. Rio de Janeiro; Campinas: Relume Dumará; EdUnicamp, 1997. 183 p.

- DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia. **Sociedade e Estado**, v.1, n.2, 65-88, 1986.
- DINIZ, Eli. **Empresários, sindicatos e conflito distributivo no Brasil da Nova República**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988. 71 p.
- DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 34, n.3, 349-378, 1991.
- DINIZ, Eli.; BOSCHI, R. 1993. Brasil: um novo empresariado? Balanço de tendências recentes. In: DINIZ, E. (org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Santa Catarina: UFSC/Idacon, 1993. p. 113-132.
- DINIZ, Eli. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-1985. In: SOARES Glaucio; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.), **21 Anos de regime militar: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994. p. 198-231.
- DREIFUSS, René. **1964, A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 3.
- LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v.2, n.2, p. 111-138, jan./jul. 2014.
- LEMOS, Renato Luis do Couto Neto. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LIGUORI, Guido. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura – um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 35-83.
- MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- MELO, Demian Bezerra de; SENA Júnior, Carlos Zacarias de; CALIL, Gilberto Grassi (org.). **Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- MELO, Demian. A miséria da historiografia. **Outubro**, São Paulo, n. 14, 2º sem. 2006, p. 111-130.
- PARENTE, Francisco José Camelo. Projetando a Hegemonia Burguesa: organização e expressão política dos industriais cearenses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.20/21, n.1/2, 1989/1990, p.231-263.
- PAYNE, Leigh A. **Brazilian industrialists and democratic change**. The John Hopkins University Press, Baltimore, 1994.
- SILVA JUNIOR, Samuel Fernando da. A atuação política do empresariado paulista nas greves de 1980 no ABC paulista: da burguesia “renovada” à burguesia braço da ditadura. IN: PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de. **Democracias, ditaduras, fascismos**. Passo Fundo: Acervos. 2023.
- SPOHR, Martina. **American way of business**. Curitiba: Appris, 2020b.
- SPOHR, Martina. Contrarrevolução preventiva, “diplomacia privada empresarial” e expansão de capital: o caso do International Executive Service Corps (IESC). **Tempos históricos, Edunioeste**, 2023.
- SPOHR, Martina. Empresariado, ditadura e transição política: reflexões sobre o regime empresarial-militar no contexto do governo Ernesto Geisel (1974-1979). **Tempo e Argumento**, v.16, n.41, 2024.
- SPOHR, Martina. **Banda de Música e seu maestro: Aliomar Baleeiro e o golpe de 1964**. Curitiba: Editora Appris, 2024 (no prelo).

VENTURINI, Fabio Cesar. **Estado, grande indústria e militares: as relações de poder no setor metalmecânico no Brasil (1964-1978)**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 2008.

Fontes de arquivo

BR CPDOC EG pr 1974.03.31

(<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=PREG&hf=www18.fgv.br&pagfis=12319>)

Acesso em: 18 fev. 2024

Entrevista Severo Fagundes Gomes – 1977 (<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/severo-gomes>) Acesso em: 18 fev. 2024

Documento dos oito - <https://www.votorantim100.com/noticia/a-integra-do-documento-dos-oito>

Acesso em: 18 fev. 2024.

---

### Notas

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa sobre Estado, Poder e Sociedade (FGV/CPDOC) - <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupos/759318>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0207096201164130>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1461-5367>. E-mail: [martina.spoehr@fgv.br](mailto:martina.spoehr@fgv.br).

<sup>2</sup> Indicamos alguns elementos dessa problemática em SPOHR, Martina. **Empresariado, ditadura e transição política: reflexões sobre o regime empresarial-militar no contexto do governo Ernesto Geisel (1974-1979)**, Tempo e Argumento, v.16, n.41 (2024) e em SPOHR, Martina. Banda de Música e seu maestro: Aliomar Baleeiro e o golpe de 1964. Curitiba: Editora Appris, 2024 (no prelo).

<sup>3</sup> Em 1983 foi assinado o “documento dos doze”, que não será trabalhado nesse texto. Para maiores dados sobre esse “manifesto” ver VENTURINI (2008) e SILVA JUNIOR (2023).

<sup>4</sup> Detalharemos adiante os signatários e o conteúdo do texto.

<sup>5</sup> Antonio Gramsci define Estado Ampliado da seguinte forma: “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que **Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção**).” (GRAMSCI, 2006: v. 2, p. 244). A sociedade política e a sociedade civil são vistas como uma relação dialética, como momentos distintos, combinando identidade e oposição. Devemos ter em mente, no âmbito analítico, que a noção gramsciana de Estado apresenta uma distinção entendida pelo próprio autor como metodológica, e não orgânica. A sociedade é vista por Gramsci como um duplo espaço da luta de classes, na medida em que reflete as lutas internas e externas às mesmas.

<sup>6</sup> Para desenvolvimento mais detalhado sobre essa proposta de interpretação ver LEMOS (2014). Para o histórico da abordagem contrarrevolucionária sobre o golpe ver MATTOS (2018).

<sup>7</sup> No original: Business elites are indifferent to political regimes, while be concerned about the capacity of particular governments to protect their investments. Neither democratic nor authoritarian governments are inherently better able to protect investments. Similarly, both types of regimes are capable of promoting policies that threaten business investments. Thus, business elites are not naturally inclined to endorse either form of political system. Tradução minha.

<sup>8</sup> A questão da estatização é alvo de alguns estudos. Não iremos aprofundar o tema, mas pensamos ser importante repensar o “rótulo” estatizante pelo qual o regime vem sendo lembrado e caracterizado. Para o debate de fundo: CRUZ (1995; 1997); DINIZ (1986, 1988, 1991, 1993 e 1994).

<sup>9</sup> Estamos trabalhando com o instrumental de Antonio Gramsci. Para debate inicial sobre os termos ver os verbetes “Coerção” e “Consenso” LIGUORI; VOZA (2017).

<sup>10</sup> Destacamos os principais autores sobre a questão do empresariado na transição. A linha de pesquisa sobre empresariado e ditadura, consolidada nos últimos dez anos, produziu pouco sobre o período. CRUZ (1995; 1997); DINIZ (1986, 1988, 1991, 1993 e 1994); CAMPOS (2014, 2018)

<sup>11</sup> Luís Inácio Lula da Silva trabalhou como torneiro mecânico nas Indústrias Villares em São Bernardo do Campo entre 1966 e 1981, onde iniciou sua militância sindical tornando-se uma das principais lideranças sindicais no contexto da retomada do movimento nos anos 1970, especialmente a partir de 1978, ano em tela nesse artigo. O dado é bastante instigante e potencialmente importante para pesquisas futuras. Informações obtidas em: <https://lula.com.br/vida-de-lula-22/> e <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/01/brasil/26.html> Acesso em: 15 fev. 2024



<sup>12</sup> O Conselho de Desenvolvimento Econômico foi criado em 1974 dentro do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi um conselho interministerial, presidido pelo Presidente da República, e composto pelos ministros da área econômica – Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio, Interior e Agricultura.

<sup>13</sup> O nome de Severo Gomes aparece muito pouco nas análises encontradas sobre o grupo. É intrigante pensar seu posicionamento num documento assinado no ano de 1978. Severo Fagundes Gomes, empresário do setor têxtil, foi ministro da Agricultura no governo de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) e conspirador confesso em 1964. Para maiores informações ver: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes> Acesso em: 15 fev. 2024.

<sup>14</sup> Estamos trabalhando com o instrumental de Antonio Gramsci. Para debate inicial sobre o termo ver o verbete “Intelectuais orgânicos” LIGUORI; VOZA (2017).

<sup>15</sup> Severo Gomes se refere ao encontro na cidade de Salzburgo do ministro da Agricultura Alisson Paulinelli e comitiva com empresários estrangeiros interessados em investimentos no Brasil. BR CPDOC EG pr 1974.03.25/2, doc. I-47A

<sup>16</sup> Ministro da Fazenda e um dos formuladores do II PND. Para maiores informações ver: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique> Acesso em: 15 fev. 2024.

<sup>17</sup> Ministro do Planejamento e um dos formuladores do II PND. Para maiores informações ver: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-paulo-dos-reis-veloso> Acesso em: 15 fev. 2024.

<sup>18</sup> A íntegra do documento pode ser acessada em <https://www.votorantim100.com/noticia/a-integra-do-documento-dos-oito> Acesso em: 13 fev. 2024.

<sup>19</sup> Mino Carta é jornalista, passou por importantes veículos de comunicação, identificado com setores de esquerda. Em 1976 fundou a revista IstoÉ. Segundo seu verbete: “Dirigiu a IstoÉ por mais um ano, deixando a revista em 1981, segundo declarou, por suas estreitas relações com a esquerda e sua dificuldade de relacionamento com os novos donos e o pessoal da redação.” Foi nesse período, portanto, que esteve em contato com os signatários do “documento dos oito”. Para maiores detalhes ver: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/demitrio-carta>

<sup>20</sup> Criada em 2011, a Câmara reunia empresários com o objetivo de aprimorar a gestão do serviço público. A Câmara foi descontinuada em 2014. Informações obtidas em <https://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/galeria/2011-05-11/presidenta-dilma-instala-camara-de-politicas-de-gestao-desempenho-e-competitividade> .

<sup>21</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/distanciamento-social/>

Recebido em: 19 de fev. 2024

Aprovado em: 22 de abr. 2024